

O CIENTISTA SOCIAL É UM INTELLECTUAL ORGÂNICO?

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos* e Ygor Rafael Leite Pereira**

Resumo: O presente texto objetiva esboçar uma resposta à pergunta enunciada no título através das seguintes etapas: (a) desenvolver parâmetros metodológicos adequados e rigorosos em torno da especificidade da obra carcerária de Antonio Gramsci, que implica, dentre outros pontos, questionar a mitologia do intelectual orgânico como intelectual de partido e/ou de movimentos sociais; (b) apresentar resumidamente a formulação fragmentária e não sistemática de Gramsci em seu caderno carcerário de número 12, na qual o intelectual orgânico é um organizador da sociedade em geral com o objetivo da criação de situações mais favoráveis à expansão de uma determinada classe social; (c) discutir alguns elementos da realidade brasileira contemporânea que esbocem uma reflexão no sentido de mostrar as diferenças entre o papel do cientista social e o intelectual orgânico na acepção gramsciana.

1 Introdução, problematização e questões metodológicas

O objetivo deste texto é o esboço de uma resposta à pergunta acima enunciada. Sabe-se da vastidão do tema em pauta e da impossibilidade de esgotá-lo, tampouco respondê-la de modo totalmente adequado. Pretendemos esboçar uma resposta à luz de alguns elementos da condição do cientista social brasileiro na atualidade.

O caminho a ser percorrido neste texto buscará apresentar rapidamente a temática e algumas questões metodológicas. Em seguida, passaremos a uma apresentação do argumento a partir do texto de Antonio Gramsci (1975), que desenvolveu a noção de intelectual orgânico em seus *Quaderni del Carcere*. Faremos uso de alguns comentadores para ajudar a nossa exposição e argumentação acerca do tema em pauta.

Para começar, sabe-se que o legado de Antonio Gramsci (1891-1937) fez parte de um senso comum teórico-prático nas Humanidades. As categorias gramscianas de intelectual orgânico, além de bloco histórico, hegemonia, sociedade civil, são comumente vulgarizadas e empregadas

fora de sua conceituação meticulosa e original em conexão com a historicidade empregada pelo comunista sardo (BIANCHI, 2008) em análises empreendidas desde os anos 1970.

O texto do qual nos valem para abordar a perspectiva de Gramsci acerca do intelectual orgânico é o décimo segundo caderno carcerário, um caderno de segunda redação¹, provavelmente escrito entre maio e junho de 1932 (cf. FRANCONI, 1984).

No que se refere à noção enunciada no título, é comum lidar com uma suposta definição gramsciana de que o intelectual orgânico seria aquele revolucionário e o intelectual tradicional seria aquele reacionário ou conservador. De modo diverso, pode haver intelectuais orgânicos e tradicionais tanto da burguesia quanto do proletariado (COUTINHO, 2007). O exemplo do cientista social comprometido com movimentos sociais ou partidos políticos ou mesmo que atuaria como mentor, ideólogo ou inspirador dos mesmos completaria a vulgarização conceitual proporcionada pelo conhecimento de segunda mão da obra de Antonio Gramsci.

Ressalvamos uma formulação central de Gramsci à pergunta em tela nesse texto. Gramsci sustenta que nem todo homem exerce a função de intelectual numa dada sociedade, embora, na prática, todos sejam intelectuais e filósofos. Todo fazer puramente físico tem, por exemplo, uma atividade intelectual criadora. Todo homem encerra em seu fazer, seja ele empírico ou teórico, consciente ou inconsciente, fragmentário ou integral, contínuo ou descontínuo, uma concepção de mundo, uma ordem intelectual, uma unidade indissolúvel teórico-prática. Os filósofos ou intelectuais das universidades, dos laboratórios são apenas feições tradicionais de tal atividade no âmbito social (GRAMSCI, 1999, 2000).

Do ponto de vista metodológico, é possível esboçar uma crítica a tais apropriações valendo-se do que o professor Quentin Skinner (1969, p. 23-25) chama de "paroquialismo". Trata-se da busca de trazer o universo categorial de um autor para um sistema conceitual que lhe é estranho, reforçando o

sistema conceitual particular ou familiar do pesquisador, mas sem nexos com a formulação original do autor que é tomado como objeto da pesquisa. Encontramos um exemplo de tal perspectiva em autor rotulado como neogramsciano e bastante conhecido na literatura acadêmica de Relações Internacionais, o cientista político canadense Robert W. Cox. Ao que parece, conhecedor não dos mais aprofundados da obra gramsciana, ele menciona o seguinte em um de seus recentes livros:

[...] Outros vinte e cinco anos na academia podem afiar a capacidade crítica e confirmar um sentimento de distância do engajamento social e político ativo. Minha experiência de vida não me compatibiliza com o papel do que Gramsci chamou de um 'intelectual orgânico'. Não há grupo social com o qual eu sinta uma solidariedade especial e identidade e com o qual eu possua uma consideração especial (COX, 2002, p. 37, tradução nossa).

Por outras palavras, em se tratando de uma perspectiva bastante comum, o engajamento político entre os estudantes de Ciências Sociais, bem como a discussão em torno do universo específico, das agendas partidárias dos partidos políticos e dos movimentos sociais, é comum trazer o entendimento de um suposto intelectual no contexto específico da militância e discussão políticas. Antes de passarmos à definição propriamente dita, reforçamos o problema posto no título, quando verificamos também na intelectualidade universitária nacional a abordagem à qual nos contrapomos. Como exemplo, a seguinte passagem (SCHWARTZMAN, 2009, p. 272):

Finalmente, a sociologia se profissionalizou como disciplina universitária, e a atuação do cientista social como intelectual orgânico, na fórmula proposta por Antonio Gramsci e simbolizada pela atuação política de Jean-Paul Sartre até os anos 1960, perdeu muito de sua credibilidade, sobretudo, novamente, após o fim do "socialismo real". Que papéis sociais ainda cabem ao sociólogo, espremido entre a ciência política e a economia, sujeito às regras de carreira das universidades, e sem um instrumental técnico e profissional que o permita atuar como um profissional "normal", à maneira dos advogados, contadores e administradores?

Entretanto, veremos como essa ótica se distancia da definição do pensador italiano sobre a categoria em pauta.

Com o mesmo objetivo de não distorcer o conceito em tela, retomamos também uma fraqueza metodológica apontada pelo historiador Pierre Rosanvallon (1995): o reconstrutivismo - um raciocínio de reconstrução que, na prática, se

distancia do autor e sufoca-o, não fazendo jus a suas formulações. Nesse caso, a obra de Gramsci não seria levada a sério, seria observada de longe, buscando-se empreender um raciocínio ou reconstrução a partir de fragmentos ou elaborações fragmentárias, fora de contexto, que levassem a entender o intelectual orgânico como o líder intelectual da militância política. Isso guardaria, conforme já sublinhamos, enorme distância com a elaboração gramsciana. Contudo, não se trata de abordar a categoria em tela em perspectiva imanente, como se ela fosse datada e aplicável exclusivamente ao seu contexto de definição no *opus* carcerário gramsciano.

Uma categoria como a do intelectual orgânico deve ser entendida e adaptada na perspectiva de uma historicidade e contexto cultural peculiar. O próprio Gramsci forneceu os elementos para tal aplicação, através do que ele chamou de tradutibilidade ou tradutibilidade. A tradutibilidade gramsciana toma como pressuposto uma diversidade de linguagens em cada contexto cultural e sistema filosófico. Assim, apenas a filosofia da práxis - expressão que alude ao marxismo, por Gramsci usada no contexto da censura que sofreu ao escrever na prisão - pode "traduzir" conceitos para contextos específicos em profundidade. Assim, atenta para a sua historicidade em grau orgânico e profundo, sem incorrer no erro de buscar entender ou aplicar um conceito ou elaboração de modo esquemático, mecânico (GRAMSCI, 1999) para outras realidades.

Citando trechos dos cadernos carcerários gramscianos de números 43 e 24, respectivamente, o trecho abaixo do professor Giorgio Baratta (2004, p. 234, grifos do autor) ajuda a complementar o sentido da tradutibilidade:

A "historicidade" de um texto significa que ele, hipoteticamente, pode ser traduzido em todas as outras línguas do mundo. Gramsci está convencido de que uma **boa** tradução - indicando por "tradução" o que ele chama de um "princípio metódico fundamental" - seja uma "repetição", mas uma repetição não mecânica, obsessiva, material", acima de tudo, a sua "adaptação [...] às diversas peculiaridades e tradições culturais", um desvio, mas também um enriquecimento, portanto, do seu sentido originário. Um texto é como um raio que, passando por prismas diversos, produz refrações de luz diversa.

Por que não se pode aceitar as definições e aplicações de Cox e Schwartzman propostas acima? Afinal, o que é o intelectual orgânico no sentido gramsciano?

2 O que é intelectual orgânico?

Os estudos sobre a figura do intelectual estão espalhados por várias obras de muitos pensadores das ciências sociais. Tal termo foi usado de muitas formas e com diversas intenções. Mas, dentre esses muitos pensadores, Antonio Gramsci ganha um grande destaque. Com esse pensador, o conceito de intelectual ganha uma nova roupagem e um papel de destaque em sua obra. E na ênfase sobre a função dos intelectuais na história e nos vários âmbitos da vida social constitui um dos aspectos mais originais do pensamento de Gramsci. No contexto dos anos 1920 e 1930, nenhum outro pensador e militante, da então revolucionária esquerda, tinha dado tanta importância à categoria social dos intelectuais como fator explicativo da realidade sociopolítica (BEIRED, 1998). Para o pensador latino-americano José Aricó (1998),

Gramsci foi o primeiro marxista que a partir da política e da reflexão política parecia falar para nós, os intelectuais. Na realidade, era um dos nossos; de algum modo expressava aquilo que queríamos ter sido sem nunca conseguir: homens políticos capazes de reter a densidade cultural dos fatos do mundo, intelectuais cujo saber se desenvolve e se realiza no próprio processo de transformação.

Para o pensador italiano Bobbio (1998), há duas formas principais de se pensar o substantivo intelectual. A primeira delas é pensar essa categoria como um estrato social particular, que se distingue pela instrução e pela competência científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas. Essas profissões requerem um esforço puramente intelectual e pouco físico. Enquadrando essa definição na história, encontramos na Rússia do século XIX uma categoria de intelectuais que se encaixam nessa definição. No pensamento russo, esse termo é interpretado como *intelligencija*. Este era entendido como um grupo social formado por indivíduos cultos e ligados a assuntos de interesse público, que com o passar dos tempos construiu uma consciência própria enquanto grupo autônomo e desligado dos outros estratos sociais. Ou seja, aqueles homens constituíram uma autoconsciência como grupo social específico e os membros desse grupo se identificam entre si por acreditarem que constituem a própria consciência do povo russo (BEIRED, 1998).

Ao lado da primeira acepção do termo, surgiu na França do século XIX uma nova construção para

designar aquilo que se entendia ser o intelectual. Essa figura passou a ser relacionada aos sujeitos defensores e praticantes de uma ideologia militante, ou seja, passaram a ser reconhecidas como intelectuais as pessoas defensoras de idéias políticas que iam de encontro à ordem vigente (BOBBIO, 1998). Essa imagem perdurou durante muito tempo e alcançou a contemporaneidade. Nas ciências sociais há um bom exemplo para demonstrar essa ideia. O pensador francês Alain Touraine (*apud* SILVA, 2009, p. 282) entendia a sociologia como uma ação movida para expressão daqueles que não são privilegiados pela sociedade. Ou seja, sociólogo seria aquele que desvendaria as ideologias dominantes que escondiam as verdades das relações sociais. Essa forma de entender a sociologia é delimitar seu campo de atuação àqueles que são os explorados e não leva em conta que muitos pensadores sociais usam seu conhecimento em prol de outras causas além dessa.

Analisando o primeiro conceito de Bobbio, é possível partir para uma definição daquilo que Gramsci entende como um intelectual. Essa análise ganha relevância pelo fato do conceito gramsciano ser um contraponto ao conceito de Bobbio. *A priori*, o pensador sardo criticou a concepção de que os intelectuais formariam um grupo separado do restante do corpo social, ou seja, os intelectuais formariam um estrato social autônomo e independente em relação às outras camadas sociais (BEIRED, 1998). Para Gramsci (2000, p. 15),

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.

Nessa passagem fica clara a noção de que os intelectuais são produtos de uma nova classe social. Gramsci apresenta os intelectuais intimamente ligados às relações sociais vigentes, pertencentes a uma classe, a um grupo social vinculado a um determinado modo de produção (SEMERARO, 2006). Dessa forma, em cada época há um grupo de intelectuais que são reflexos de um

modo de produção e que têm importante função de manter firmes as convicções culturais desse modo de produção, ou seja, os intelectuais são parte de uma superestrutura e contribuem nas construções culturais e técnicas da ordem vigente. Para exemplificar, Gramsci cita o papel dos eclesiásticos na Idade Média que eram juridicamente equiparados à aristocracia fundiária, com a qual dividiam o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios ligados à propriedade. Mas o monopólio das superestruturas por partes dos eclesiásticos garantiram a sobrevivência do poder dos monarcas até o absolutismo (GRAMSCI, 2000). Este fator somado ao fator da dominação econômico-militar da aristocracia feudal formou as bases para consolidação e manutenção do período feudal.

Outra crítica levantada pelo marxista sardo foi o critério para definir o intelectual com um ser que se diferencia dos outros membros da sociedade pelo fato de seu trabalho ser ligado somente ao intelecto. Para Gramsci (*apud* BIANCHI, 2008), buscar a distinção entre os intelectuais e os outros grupos sociais não está relacionado ao fator de desgaste de intelecto, pois em todo trabalho humano há utilização do pensar, ou seja, não há atividade puramente mecânica realizada pelo homem. A rigor, inexistem não intelectuais, na medida em que não existe atividade humana na qual se possa excluir toda intervenção intelectual, de tal modo que não é possível separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Seguindo esse pensamento, qual forma de distinguir as atividades intelectuais de outras atividades da sociedade? Gramsci (2000) dizia que um operário, por exemplo, não se caracteriza por esse trabalho instrumental, mas por seu trabalho não ser reconhecido socialmente e não ocupar um papel de dominação.

Com o exemplo anterior é possível entender que a distinção das categorias está relacionada a certas funções, quer nos processos de reprodução quer nos processos de transformação da ordem social (BEIRED, 1998). Essas funções estão relacionadas com a organização da sociedade. Para Gramsci o intelectual se define pela capacidade de organizar os homens e o mundo em redor de si ou de uma ideologia que pretende ser dominante.

Percebe-se, portanto, que Gramsci considera as funções sociais como de suma importância para identificar os intelectuais numa determinada

sociedade. Mas há outra classificação com relação àqueles que exercem a função de intelectuais. Nessa classificação encontram-se dois grupos distintos: um dos chamados intelectuais orgânicos e outro dos chamados intelectuais tradicionais. Esses ganham um papel de destaque quando Gramsci (*apud* MACCIOCCHI, 1976, p. 189), em sua obra “Questão meridional” analisa o sul da Itália. Nessa região ainda se mantinham muitos resquícios de uma época passada, ou seja, de uma região carregada de fortes influências de um regime protocapitalista. Essas marcas ficavam presentes devido à grande influência dos latifundiários e seus intelectuais. Esses realizavam o papel fundamental de mediar as relações dos camponeses com o Estado. Dessas relações se formava um grande bloco agrário que representava um grande atraso ao sul italiano, quando comparado ao norte. Percebe-se que esses intelectuais não nasceram junto a novas classes sociais, pois suas origens remetiam a um passado de dominação e precariedade. Logo, esses intelectuais representavam antigas estruturas de poder. Com a decadência dessas e o surgimento de novas classes dominantes, eles foram incorporados às novas classes, mas mantinham muitos de seus vícios adquiridos quando faziam parte da organização social. Devido a esse fato, eram denominados de intelectuais tradicionais. Nas novas estruturas, eles ocupavam cargos de funcionários públicos, no clero, no exército e nas academias. Nesses espaços, sua função era manter a ordem vigente e garantir a hegemonia dos grandes latifundiários.

Os intelectuais orgânicos, ao contrário, são os que fazem parte da sociedade vigente e que nasceram junto com ela. Esses intelectuais apresentam muitos pontos de contato com essa nova sociedade. Por isso estão ao mesmo tempo conectados com o mundo do trabalho, com as organizações políticas e culturais mais modernas que cada grupo social desenvolve. Fazendo parte desse sistema, os intelectuais orgânicos não só fazem parte do mundo de produção de bens como também fazem parte da produção cultural exigida pela classe que a criou. Ou seja, além de serem especialistas na área de sua profissão, elaboram uma concepção ético-política que os habilitam a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social da classe que representam (SEMERARO, 2006). Vale lembrar que cada classe cria seus próprios intelectuais orgânicos, os quais podem ser frutos

tanto de uma classe hegemônica como também podem nascer de um grupo social subalterno que já possui certa consciência de sua posição social. É importante frisar que toda classe social produz seus intelectuais e que alguns desses vão exercer uma função organizativa dentro dos limites que a classe abrange; logo, ser orgânico não é uma qualidade e sim uma função que alguns grupos intelectuais realizam.

3 A relação entre os intelectuais orgânicos e os cientistas sociais

Numa passagem já citada neste trabalho, o sociólogo brasileiro Simon Schwartzman (2009) entendeu que, num certo período da construção da sociologia no Brasil, o sociólogo desempenhou um papel de intelectual orgânico. O período que foi referido por volta das décadas de 1960 e 1970 caracteriza o sociólogo com um militante político e, por vezes, ligado à defesa do socialismo. Porém, o que ficou claro com a apresentação do conceito de intelectual orgânico é que este não está na sociedade para fazer militância política e muito menos como defensor do que ficou conhecido como “socialismo real”. O conceito gramsciano de intelectual orgânico não veio como forma de enaltecer a imagem daqueles que realizam militância em prol dos grupos menos favorecidos. O pensador italiano entendia que todo grupo social ao nascer cria consigo seus próprios intelectuais e esses vão exercer funções organizativas dentro do corpo social. Ou seja, num sistema capitalista existiram intelectuais responsáveis pela construção da homogeneidade dentro do corpo social, da mesma forma que numa sociedade socialista existiram seus intelectuais orgânicos responsáveis pela construção de uma uniformização da cultura.

As funções que os cientistas sociais exercem na sociedade brasileira pouco ou nada se parecem com a real função dos intelectuais orgânicos. Não estamos querendo dizer que tais pessoas não tiveram importância na sociedade brasileira; na verdade, a função exercida por muitos desses pensadores tiveram um papel de destaque na construção dos movimentos sociais no Brasil. Por exemplo, no período que Simon Schwartzman entendia ser o sociólogo um intelectual orgânico, alguns pensadores das ciências sociais desempenharam um papel na construção dos movimentos sociais. O exemplo mais clássico é de Florestan Fernandes (*apud* BRAGA; BURAWOY, 2009, p. 259, grifo nosso), que entendia o sociólogo

como um **intelectual participante** do movimento social, pois atua como agente da transformação social e como cientista, trabalhando pela racionalização dos modos de conceber e organizar o mundo. Nessa análise dos autores sobre Florestan Fernandes, mesmo havendo o termo “organizar”, fica claro que Florestan dizia que o cientista social iria construir um numa nova ideia sobre o mundo e nesse poderia organizá-la. Pois, no atual sistema, sua organização de nada serviria. O próprio Florestan ressaltava a contribuição ativa dos sociólogos para transformar ou criar “os canais sociais” (FERNANDES, 1971, p. 238).

As funções atuais do sociólogo ou do cientista social estão ligadas ao campo acadêmico e aos trabalhos de gestão social. Na década de 1990, as universidades brasileiras viram nascer muitos cursos ligados às políticas públicas e uma nova onda de profissionalização compartimentou ainda mais nossas formas de fazer sociológico, que transitaram rapidamente da direção de um conhecimento instrumental a serviços de objetivos definidos por poderosos clientes, seja o estado, sejam as empresas. O perfil militante das décadas passadas cede lugar ao especialista da gestão da questão social (BRAGA; BURAWOY, 2009).

Em linhas gerais, nos parece que o papel do cientista social é diverso. O cientista social é um intelectual tradicional, porém, não é orgânico. Como sustenta Berger, suas funções estão relacionadas a compreender a sociedade de uma maneira disciplinada. Essa atividade tem uma natureza científica. Isto significa, muitas vezes, que aquilo que o sociólogo descobre e afirma a respeito dos fenômenos sociais que estuda ocorre dentro de certo quadro de referências de limites rigorosos. Como cientista, o sociólogo tenta ser objetivo, controlar suas preferências e preconceitos pessoais, perceber claramente ao invés de julgar normativamente (BERGER, 1963).

4 Conclusão

Percebemos que muito do que se fala sobre o intelectual orgânico não corresponde a uma leitura gramsciana, pois tentam usar a credibilidade do pensamento de Gramsci para validar suas teorias. Nesses casos, não se respeita o uso original do termo, que está muito aquém de designar um papel militante ou revolucionário ao intelectual que Gramsci entendia exercer a função de orgânico.

Corroborando a idéia de Berger, o fazer intelectual do cientista social tem um sentido

específico voltado para uma elaboração acadêmica muitas vezes distanciada, com uma certa concepção de cientificidade. Voltando a Gramsci, isso, em princípio, o torna muito mais um intelectual tradicional.

Em perspectiva de buscar **traduzir** - fazer uso de uma categoria adaptando-a para sua especificidade histórica e cultural - para um contexto histórico próprio o que ele definiu como intelectual orgânico, conforme o dizer de Gramsci, teríamos que analisar o papel social de um grupo coletivo como intelectual para a produção e reprodução de um certo modo de vida e uma certa concepção de mundo. Qual o papel que o cientista social cumpre nesse sentido? Essa é uma pergunta crucial para a tradução dessa categoria para outras perspectivas históricas e culturais com vistas ao profissional em pauta.

Sem a pretensão de esgotar o tema, mas buscando propor questões para futuras reflexões sob o ensejo da tradução na ótica gramsciana, caberia examinar em maior profundidade a função do cientista social no Brasil e no mundo nesse momento, não somente na sua inserção acadêmica, mas também profissional. É sabido da baixa profissionalização do cientista social no Brasil. Nessas poucas oportunidades, atua principalmente em órgãos públicos. Há a atuação, embora em menor escala, em institutos de pesquisa e análise de mercado, opinião pública e eleições. Tais oportunidades são muito maiores e mais frequentes nos Estados Unidos, chegando tal profissional a ter a possibilidade de fazer pesquisas até mesmo sobre certas comunidades em favor dos objetivos das Forças Armadas, como já ocorreu no Vietnã e ocorre neste momento no Afeganistão. Cabe, portanto, estar atento à dinâmica da diversidade histórica e cultural para continuar buscando respostas à nossa pergunta inicial ●

Nota:

(1) Nesse sentido, ele é um texto "C," conforme a classificação da edição crítica de Valentino Gerratana publicada pela primeira vez em 1975 na Itália (GRAMSCI, 1975, p. 1511-51). Ele retoma em segunda redação pontos contemplados no caderno carcerário de número 4. A edição crítica dos escritos carcerários constatou textos de primeira redação (classificados como textos "A") e segunda redação - textos reelaborados (classificados como textos "C") - além de textos de redação única (classificados como textos "B"). Uma questão metodológica central refere ao cuidado com a cronologia e o movimento interno de elaboração da obra gramsciana, um *opus* não sistemático, incompleto e fragmentário. Em função do curto espaço aqui disponível, não nos alongaremos

nesta advertência e temática. Tomamos por base para a elaboração do presente texto a edição e tradução brasileiras de Carlos Nelson Coutinho referentes ao caderno 12 (GRAMSCI, 2000, p. 13-53).

Referências

- ARICÓ, J. 1998. Por que Gramsci na América Latina? Disponível em: < <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=323>>. Acesso em: 22 jun 2010
- BARATTA, G. *As rosas e os cadernos*, Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BEIRED, J. L. B. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, A. (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BERGER, I. P. *Perspectivas sociológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1963.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOBBIO, N. *Dicionário de Política*, 11. ed. Brasília: UnB, 1998.
- BRAGA, R.; BURAWOY, M. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COX, R. W. *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. New York: Routledge, 2002.
- FERNANDES, F. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1971.
- FRANCIONI, G. *L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni del carcere"*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MACCIOCCHI, M. A. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.
- SCHWARTZMAN, S. A sociologia como profissão pública no Brasil. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, p. 271-279, 2009.
- SEMERARO, G. Intelectuais orgânicos em tempos de pós-modernidade. *Cadernos Cedes*, v. 26, n. 70, p. 373-391, 2006.
- SILVA, L. M.; Touraine, Burawoy, Gramsci: do social ao político. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, p. 281-296, 2009.
- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais/UFPI e do Mestrado em Ciência Política/UFPI. Coordena grupo de estudos e pesquisas sobre Antonio Gramsci. Pesquisador do grupo "Marxismo e Pensamento Político" do Centro de Estudos Marxistas/UNICAMP.

** Estudante de Ciências Sociais/UFPI, membro do grupo de estudos e pesquisa sobre Antonio Gramsci.